

ARISTÓTELES

A Política

Tradução de Nestor Silveira
São Paulo, 2010

Folha de São Paulo
Coleção Livros que Mudaram o Mundo

Livro Primeiro

Capítulo I

§ 1. Sabemos que toda cidade é uma espécie de associação, e que toda associação se forma tendo por alvo algum bem; porque o homem só trabalha pelo que ele tem em conta de um bem. Todas as sociedades, pois, se propõem qualquer bem - sobretudo a mais importante delas, pois que visa a um bem maior, envolvendo todas as demais: a cidade ou sociedade política.

§ 2. Erram, assim, os que julgam ser um só o governo, político ou real, económico e despótico¹ — porque acreditam que cada um deles só difere pelo maior ou menor número de indivíduos que o compõem e não pela sua espécie. Por exemplo, se aquele que governa só possui autoridade sobre um número reduzido de homens, chamam-no senhor (déspota); económico, se dirige um número maior; chefe político ou rei, se governa a um número ainda mais elevado — não fazendo a menor distinção entre uma grande família política e uma pequena cidade.

No que se refere ao governo político e real, dizem que quando um homem governa só e com autoridade própria, o governo é real; e sendo, pelos termos da constituição do Estado, alternadamente, senhor e súdito, o governo é político.

§ 3. Disso nos convenceremos se examinarmos a questão segundo o método analítico que nos guiou.² Assim como em outros assuntos, somos obrigados a dividir o composto até que cheguemos a elementos absolutamente simples como representando as partes mínimas do todo, do mesmo modo, examinando a cidade nos elementos que a compõem, saberemos melhor em que eles diferem, e se é possível reunir esses conhecimentos esparsos para deles formar uma arte.

Estudemos, neste assunto, como nos outros, a origem e o desenvolvimento dos seres. É o melhor método que se pode adotar.

§ 4. Deve-se, antes de tudo, unir dois a dois os seres que, como o homem e a mulher, não podem existir um sem o outro, devido à reprodução.

Isso não é neles o efeito de uma ideia preconcebida; inspira-lhes a natureza, como aos outros animais e até mesmo às plantas, o desejo de deixarem após si um ser que se lhes assemelhe. Há também, por obra da natureza e para a conservação das espécies, um ser que ordena e um ser que obedece. Porque aquele que possui inteligência capaz de previsão tem naturalmente autoridade e poder de chefe; o que possui força física para executar, deve, forçosamente, obedecer e servir — e, pois, o interesse do senhor é o mesmo que o do escravo.

§ 5. Deste modo impôs a natureza uma essencial diferença entre a mulher e o escravo — porque a natureza não procede avaramente como os cuteleiros de Delfos, que fazem facas para diversos trabalhos, porém cada uma isolada só servindo para um fim. Desses instrumentos, o melhor não é o que serve para vários misteres, mas para um apenas. Entre os bárbaros, a mulher e o escravo se confundem na mesma classe. Isso acontece pelo fato de não lhes ter dado a natureza o instinto do mando, e de ser a união conjugal a de uma escrava com um escravo. Falaram os poetas: *“Os gregos têm o direito de mandar nos bárbaros”*, como se a natureza identificasse o bárbaro com o escravo.

§ 6. Esta dupla união do homem com a mulher, do senhor com o escravo, constitui, antes de tudo, a família. Hesíodo disse, com razão, que a primeira família⁴ se formou da mulher e do boi feito para a lavoura. Com efeito, o boi serve de escravo aos pobres. Assim, naturalmente, a sociedade constituída para prover às necessidades quotidianas é a família, formada daqueles que Carondas⁵ chama *homos pyens* (tirando o pão da mesma arca), e que Epimênides, de Creta, denomina *homocapiens* (comendo na mesma mangedoura).

§ 7. A primeira sociedade formada por muitas famílias tendo em vista a utilidade comum, mas não quotidiana, é o pequeno povoado; esta parece ser naturalmente uma espécie de colónia da

família. Chamam alguns homogalactiens (alimentados com o mesmo leite) aos filhos da primeira família, e aos filhos desses filhos. Isso porque as cidades eram primitivamente governadas por reis, como ainda hoje o são as grandes nações; e porque elas se formavam de hordas submissas à autoridade real. Com efeito, uma casa é administrada pelo membro mais velho da família, que tem uma espécie de poder real — e as colônias conservavam o governo da consanguinidade. É o que diz Homero:

*"Cada senhor absoluto de mulheres e filhos
A todos prescreve leis..."*

porque eles andavam dispersos: assim viviam os homens nos tempos antigos. Pela mesma razão se diz que os deuses se submetiam à autoridade de um rei porque, entre os homens, uns ainda hoje são assim governados, e outros o foram antigamente. O homem fez os deuses à sua imagem; também lhes deu seus costumes.

§ 8. A sociedade constituída por diversos pequenos povoados forma uma cidade completa, com todos os meios de se abastecer por si, e tendo atingido, por assim dizer, o fim a que se propôs. Nascida principalmente da necessidade de viver, ela subsiste para uma vida feliz. Eis por que toda cidade se integra na natureza, pois foi a própria natureza que formou as primeiras sociedades: ora, a natureza era o fim dessas sociedades; e a natureza é o verdadeiro fim de todas as coisas. Dizemos, pois, dos diferentes seres, que eles se acham integrados na natureza quando tenham atingido todo o desenvolvimento que lhes é peculiar, por exemplo, o ser humano, o cavalo, a família. Além disso, o fim para o qual cada ser foi criado é de cada um bastar-se a si mesmo; ora, a condição de se bastar a si próprio é o ideal de todo indivíduo, e o que de melhor pode existir para ele.

§ 9- É evidente, pois, que a cidade faz parte das coisas da natureza, que o homem é naturalmente um animal político, destinado a viver em sociedade, e que aquele que, por instinto, e não porque

qualquer circunstância o inibe, deixa de fazer parte de uma cidade, é um ser vil ou superior ao homem. Tal indivíduo merece, como disse Homero, a censura cruel de ser um sem família, sem leis, sem lar. Porque ele é ávido de combates, e, como as aves de rapina, incapaz de se submeter a qualquer obediência.

§ 10. Claramente se compreende a razão de ser o homem um animal sociável em grau mais elevado que as abelhas e todos os outros animais que vivem reunidos. A natureza, dizemos, nada faz em vão. O homem só, entre todos os animais, tem o dom da palavra; a voz é o sinal da dor e do prazer, e é por isso que ela foi também concedida aos outros animais. Estes chegam a experimentar sensações de dor e de prazer, e a se fazer compreender uns aos outros. A palavra, porém, tem por fim fazer compreender o que é útil ou prejudicial, e, em consequência, o que é justo ou injusto. O que distingue o homem de um modo específico é que ele sabe discernir o bem do mal, o justo do injusto, e assim todos os sentimentos da mesma ordem cuja comunicação constitui precisamente a família do Estado.

§ 11. Na ordem da natureza, o Estado se coloca antes da família e antes de cada indivíduo, pois que o todo deve, forçosamente, ser colocado antes da parte. Erguei o todo; dele não ficará mais nem pé nem mão, a não ser no nome, como poder-se-á dizer, por exemplo, uma mão separada do corpo não mais será mão além do nome. Todas as coisas se definem pelas suas funções; e desde o momento em que elas percam os seus característicos, já não se poderá dizer que sejam as mesmas; apenas ficam compreendidas sob a mesma denominação. Evidentemente o Estado está na ordem da natureza e antes do indivíduo; porque, se cada indivíduo isolado não se basta a si mesmo, assim também dar-se-á com as partes em relação ao todo. Ora, aquele que não pode viver em sociedade, ou que de nada precisa por bastar-se a si próprio, não faz parte do Estado; é um bruto ou um deus. A natureza compele assim todos os homens a se associarem. Àquele que primeiro estabeleceu isso se deve maior bem; porque se o homem, tendo atingido a sua perfeição, é o mais excelente

de todos os animais, também é o pior quando vive isolado, sem leis e sem justiça. Terrível calamidade é a injustiça que tem armas na mão. As armas que a natureza dá ao homem são a prudência e a virtude. Sem virtude, ele é o mais ímpio e o mais feroz de todos os seres vivos; não sabe mais, por sua vergonha, que amar e comer. A justiça é a base da sociedade. Chama-se julgamento a aplicação do que é justo.

Capítulo II

§ 1. Agora que bem se conhecem as partes que compõem um Estado, necessário se torna falar, antes de tudo, da economia doméstica, já que o Estado é uma reunião de famílias. Os elementos da economia doméstica são exatamente os da família, a qual, para ser completa, deve compreender escravos e indivíduos livres, mas para se submeter a um exame separado as partes primitivas e indecomponíveis, sabendo-se que na família elas são o senhor e o escravo, o marido e a mulher, os pais e os filhos, seria necessário estudar isoladamente estas três classes de indivíduos para saber o que é e o que deve ser cada uma delas.

§ 2. Temos, de um lado, a autoridade do senhor, depois a autoridade marital (não encontramos um termo especial para exprimir a relação do homem com a mulher), em terceiro lugar a procriação de filhos (para a qual tampouco encontramos uma denominação própria). Comumente só se contam estes três elementos da família. Contudo, existe ainda um quarto que muitos confundem com a administração doméstica, e outros julgam ser dela um importante ramo. É preciso também estudá-lo; quero falar daquilo que se chama a arte de acumular fortuna. Falemos primeiramente do senhor e do escravo, pois importa conhecer as necessidades que os unem, e saber se em tal assunto não encontraremos ideias mais justas do que as que hoje se reconhecem.

§ 3. Pretendem alguns que existe uma ciência do amo, a qual é idêntica à economia doméstica, à autoridade do senhor e à autoridade real ou política, como já dissemos no começo; outros sustentam que o poder do senhor sobre o escravo é contra a natureza. Só a lei — dizem — impõe diferença entre o homem livre e o escravo; a natureza a nenhum deles distingue. Tal diferença é injusta, e só a violência a produz. Ora, servindo os nossos bens para a manutenção da família, a arte de adquiri-los também faz parte da economia: porque sem os objetos de primeira necessidade, os homens não saberiam viver, e, o que é mais, viver felizes.

§ 4. Se todas as artes precisam de instrumentos próprios para o seu trabalho, a ciência da economia doméstica também deve ter os seus. Dos instrumentos, uns são animados, outros inanimados. Por exemplo, para o piloto, o leme é um instrumento inanimado e o timoneiro um instrumento animado. O operário, nas artes, é considerado um instrumento. Do mesmo modo a propriedade é um instrumento essencial à vida, a riqueza uma multi- plicidade de instrumentos, e o escravo uma propriedade viva. Como instrumento, o trabalhador é sempre o primeiro entre todos.

§ 5. Com efeito, se cada instrumento pudesse, a uma ordem dada ou apenas prevista, executar sua tarefa (conforme se diz das estátuas de Dédalo⁸ ou das tripeças⁹ de Hefáistos, que iam sozinhas, como disse o poeta, às reuniões dos deuses), se as lançadeiras tecessem as toalhas por si, se o plectro tirasse espontaneamente sons da cítara, então os arquitetos não teriam necessidade de trabalhadores, nem os senhores de escravos.

§ 6. Os instrumentos propriamente ditos são instrumentos de produção. A propriedade, ao contrário, é simplesmente de uso. Assim, a lançadeira pode produzir mais que o que dela se exige; mas um vestuário, um leito, nada produzem além do seu uso. Diferindo a produção e o uso segundo a espécie, e tendo essas duas coisas instrumentos que lhes são próprios, é claro que os instrumentos que lhes servem devem ter a mesma diferença. A vida é uso, e não

produção; eis por que o escravo só serve para facilitar o uso. Propriedade é uma palavra que deve ser compreendida como parte: a parte não se inclui apenas no todo, mas pertence ainda, de um modo absoluto, a qualquer coisa além de si própria. Assim a propriedade. Também o senhor é simplesmente dono do escravo, mas dele não é parte essencial; o escravo, ao contrário, não só é servo do senhor, como ainda lhe pertence de um modo absoluto.

§ 7. Fica demonstrado claramente o que o escravo é em si, e o que pode ser. Aquele que não se pertence mas pertence a outro, e, no entanto, é um homem, esse é escravo por natureza. Ora, se um homem pertence a outro, é uma coisa possuída, mesmo sendo homem. E uma coisa possuída é um instrumento de uso, separado do corpo ao qual pertence.

§ 8. Mas há, ou não há tais homens? Existirá alguém para quem seja justo e lucrativo ser escravo? Ou, ao contrário, será toda a servidão contra a natureza? É o que examinaremos agora, não sendo difícil fazê-lo, com raciocínio e os meios de se resolverem tais perguntas. A autoridade e a obediência não só são coisas necessárias, mas ainda são coisas úteis. Alguns seres, ao nascer, se veem destinados a obedecer; outros, a mandar. E formam, uns e outros, numerosas espécies. A autoridade é tanto mais alta quanto mais perfeitos são os que a ela se submetem. A que rege o homem, por exemplo, é superior àquela que rege o animal; porque a obra realizada por criatura mais perfeita tem maior perfeição; existe uma obra, desde que haja comando de uma parte, e de outra obediência.

§ 9. Em todas as coisas formadas de várias partes que, separadas ou não, fornecem um resultado comum, manifestam-se a obediência e a autoridade. É o que se observa em todos os seres animados, qualquer que seja a sua espécie. Encontra-se mesmo uma certa autoridade nas coisas inanimadas, como na harmonia. Mas este ponto é, talvez, bem estranho ao nosso assunto.

§ 10. Em primeiro lugar, todo ser vivo se compõe de alma e corpo, destinados pela natureza, uma a ordenar, outro a obedecer. A

natureza deve ser observada nos seres que se desenvolveram segundo as suas leis, muito mais que nos degenerados. Suponhamos, pois, um homem perfeitamente são de espírito e de corpo, um homem no qual a marca da natureza seja visível — porque eu não falo dos homens corrompidos ou predispostos à corrupção, nos quais o corpo governa o espírito, porque são viciados e desviados da natureza.

§ 11. Primeiramente, como dizemos, deve-se reconhecer no animal vivo um duplo comando: o do amo e o do magistrado. A alma dirige o corpo, como o senhor ao escravo. O entendimento governa o instinto, como um juiz aos cidadãos e um monarca aos seus súditos. E claro, pois, que a obediência do corpo ao espírito, da parte afetiva à inteligência e à razão, é coisa útil e conforme com a natureza. A igualdade ou direito de governar cada um por sua vez seria funesta a ambos.

§ 12. A mesma relação existe entre o homem e os outros animais. A natureza foi mais pródiga para com o animal que vive sob o domínio do homem do que em relação à fera selvagem; e a todos os animais é útil viver sob a dependência do homem. Nela encontram eles a sua segurança. Os animais são machos e fêmeas. O macho é mais perfeito, e governa; a fêmea o é menos, e obedece. A mesma lei se aplica naturalmente a todos os homens.

§ 13. Há na espécie humana indivíduos tão inferiores a outros como o corpo o é em relação à alma, ou a fera ao homem; são os homens nos quais o emprego da força física é o melhor que deles se obtém. Partindo dos nossos princípios, tais indivíduos são destinados, por natureza, à escravidão; porque, para eles, nada é mais fácil que obedecer. Tal é o escravo por instinto: pode pertencer a outrem (também lhe pertence ele de fato), e não possui razão além do necessário para dela experimentar um sentimento vago; não possui a plenitude da razão. Os outros animais dela desprovidos seguem as impressões exteriores.

§ 14. A utilidade dos escravos é mais ou menos a mesma dos animais domésticos: ajudam-nos com sua força física em nossas

necessidades quotidianas. A própria natureza parece querer dotar de característicos diferentes os corpos dos homens livres e dos escravos. Uns, com efeito, são fortes para o trabalho ao qual se destinam; os outros são perfeitamente inúteis para serviços semelhantes, mas são úteis para a vida civil, que assim se acha repartida entre os trabalhos da guerra e os da paz. Mas acontece o contrário muitas vezes: indivíduos há que só possuem o corpo de um homem livre, ao passo que outros dele só têm a alma.

§ 15. É claro que, se essa diferença puramente exterior entre os homens fosse tão grande como o é em relação às estátuas dos deuses, todos estariam acordos em dizer que aqueles que demonstram inferioridade devem ser escravos dos outros. Ora, tal sendo em relação ao corpo, mais justa será essa distinção no que se refere à alma; mas não é tão fácil ver a beleza da alma como se vê a do corpo. Assim, dos homens, uns são livres, outros escravos; e para estes é útil e justo viver na servidão.

§ 16. Facilmente se percebe que os que afirmam o contrário não estão completamente sem razão; porque as palavras escravidão e escravos são tomadas em sentidos diferentes. Segundo a lei, há escravo e homem reduzido à escravidão; a lei é uma convenção segundo a qual todo homem vencido na guerra se reconhece como sendo propriedade do vencedor. Muitos juriconsultos acusam este pretendido direito como se acusa de ilegalidade¹⁰ um orador; porque é inadmissível que o poder empregando violência, tornando-se o mais forte, escravize e submeta aos seus caprichos aquele que se lhe entrega. Essas duas opiniões são igualmente sustentadas pelos sábios.

§ 17. A causa de tal divergência, e o que faz com que as razões apresentadas de ambas as partes variem, é que a força, quando chega a procurar auxílio, transforma-se em violência; e a força vitoriosa pressupõe sempre grande superioridade em tudo, parecendo assim não existir violência sem virtude. Aqui só há desacordo quanto à noção do justo. Muitos julgam residir a justiça na benevolência, enquanto outros a consideram o próprio princípio que atribui o

comando ao que mais superioridade oferece. Aliás, se se isolarem essas opiniões, os argumentos contrários perderão sua força de persuasão, querendo-se demonstrar que a superioridade da virtude não dá o direito de mando e de domínio.

§ 18. Enfim, há pessoas que, obstinadamente presas ao que crêem justo sob certo aspecto (e a lei tem sempre algo de justo), afirmam ser legítima a servidão resultante da guerra, e ao mesmo tempo a negam, porque é possível não ser justo o motivo da guerra, e jamais se poderá dizer que um homem que não merece a escravidão seja escravo. Por outro lado, dizem, poderá acontecer que homens que parecem descender do sangue mais ilustre sejam escravos e filhos de escravos, se forem vendidos após terem sido aprisionados. Também os partidários desta opinião não querem atribuir a si mesmos o nome de escravos; eles apenas o dão aos bárbaros. Quando falam assim, reduzem a questão a procurar o que é ser escravo por natureza, conforme o dissemos no princípio.

§ 19. E claro que eles precisam admitir que homens existem que são escravos em toda parte, e outros não o são em parte alguma. O mesmo princípio aplicam à nobreza, julgando-se nobres não somente em seu meio, mas em toda parte — os bárbaros, ao contrário, só o são entre eles: como se existisse uma raça nobre e livre em um sentido absoluto e outra qualquer que o não fosse. É Helena de Teodecto¹¹ que exclama:

*"De uma raça de deuses descendente,
Quem de escrava ousaria chamar-me?"*

Exprimir-se assim é não admitir outra diferença além da virtude e do vício entre o homem livre e o escravo, entre o nobre e o que não o é; afirmar que, assim como o homem nasce do homem e o animal do animal, também o homem virtuoso só pode nascer de pais virtuosos. Ora, a natureza bem o quer — muitas vezes — mas ela nem sempre pode o que deseja.

§ 20. Vê-se, pois, que a discussão que sustentamos tem algum fundamento; que há escravos e homens livres pela própria obra da natureza; que essa distinção subsiste em alguns seres, sempre que igualmente pareça útil e justo para alguém ser escravo, para outrem mandar; pois é preciso que aquele obedeça e este ordene segundo o seu direito natural, isto é, com uma autoridade absoluta. O vício da obediência ou do mando é igualmente prejudicial a ambos. Porque o que é útil em parte o é no todo; o que é útil ao corpo o é à alma. Ora, o escravo faz parte do senhor como um membro vivo faz parte do corpo — apenas essa parte é separada.

§ 21. E por isso que existe um interesse comum e uma amizade recíproca entre o amo e o escravo, quando é a própria natureza que os julga dignos um do outro; dá-se o contrário quando não é assim, mas apenas em virtude da lei, e por efeito de violência.

§ 22. Disso se depreende que o poder do amo e do magistrado não são os mesmos, e que nem sempre as formas de governo se assemelham, como querem alguns. Refere-se uma aos homens livres, outra aos escravos por natureza. A autoridade doméstica é uma monarquia, pois que toda a família é governada por um só; a autoridade civil ou política é aquela que governa homens livres e iguais. O poder do amo não se ensina; é tal como a natureza o fez, e aplica-se igualmente ao homem livre e ao escravo. Bem poderia haver uma ciência do amo e uma ciência do escravo: uma ciência do escravo como a que ensinava o fundador de Siracusa, o qual, mediante um salário, ensinava às crianças todos os detalhes do serviço doméstico. Poderia mesmo haver uma aprendizagem de coisas tais, como a cozinha e outros ramos do serviço doméstico. Com efeito, certos trabalhos são mais apreciados ou mais necessários que outros; e há, segundo o rítmico, escravo e escravo, senhor e senhor.

§ 23. Todavia, tais não passam de ciências de escravo; a ciência do amo consiste no emprego que ele faz dos seus escravos; ele é senhor, não tanto porque possui escravos, mas porque deles se serve. Esta ciência do amo nada tem, aliás, de muito grande ou de muito

elevada; ela se reduz a saber mandar o que o escravo deve saber fazer. Também todos que a ela se podem furta deixar os seus cuidados a um administrador, e vão se entregar à política ou à filosofia. A ciência de adquirir, mas de adquirir justa e legitimamente, difere daquelas duas — a do senhor e do escravo; ela tem ao mesmo tempo qualquer coisa da guerra e qualquer coisa da caça.

Aí temos bastante dito sobre o senhor e sobre o escravo.

ARISTÓTELES. *A Política*. in *Coleção Livros que Mudaram o Mundo*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.